

centro integrado de educação especial para deficientes visuais

// **O que é?** O projeto em questão visa o desenvolvimento de um Centro Integrado de Educação Especial (CIEE) conjugado a uma instituição de múltiplos serviços para portadores de deficiência visual, situado na cidade de Brasília, no Plano Piloto. O enfoque central do projeto é a exploração da sensorialidade espacial por meio da composição arquitetônica, aliada à variedade formal e material, através da compreensão da dinâmica perceptiva que se trava entre o usuário e o ambiente. A construção do espaço escolar se desenvolve a partir da superação do modelo médico e assistencialista da cegueira, inserindo a deficiência visual como um modelo de experiência, compreendida como um potencial de transformação da produção arquitetônica contemporânea.

// **Por quê?** No campo estudantil, a luta em campo político pela inclusão social dos cegos em instituições regulares de ensino tem ganhado força nos últimos anos. Sobre tudo nas universidades, a presença de estudantes cegos ou com baixa visão aumentou surpreendentemente de 2003 a 2008. Nas escolas, no ano de 2004, 2,2 mil crianças cegas estudavam em colégios regulares e, em 2009, este número saltou para 5 mil. No mesmo período, o crescimento do número de alunos com baixa visão nas classes comuns foi de 30,8 mil para 56,6 mil.

Este panorama demonstra com clareza o crescimento deste público nas escolas de ensino regular, o que consequentemente vem diminuindo em ambientes exclusivamente dedicados à portadores de deficiência visual. É necessário, porém, garantir não só a qualidade de ensino como a qualidade do espaço que recebe estes usuários. A inclusão exige preparo profissional adequado e antes disso exige preparo dos próprios alunos para que se adaptem de maneira natural ao meio educativo, aos materiais didáticos inclusivos e ao reconhecimento do espaço de acordo com as suas limitações. Ou seja, um atendimento que ajude a lidar de maneira eficiente com esta condição deve preceder a inclusão global, servindo como uma base sólida para que o deficiente visual se torne cidadão ativo no espaço social e no espaço da cidade em que vive. Um período da educação especial, em todos os campos da construção do saber humano, é o sustento da posterior educação regular, promovendo também habilidades para a vida, extrapolando a dimensão educativa do ensino.

Neste sentido, a arquitetura não só tem influência direta em facilitar ou dificultar a orientação e a mobilidade espacial, como é capaz de acrescentar na bagagem da experiência sensorial do espaço, estimulando a percepção do homem, instigando a sua curiosidade e permitindo a sua participação ativa na construção do lugar. A criança deve ser guiada, não só no contexto social, como também em campo arquitetônico escolar, à florir o desejo por suas próprias descobertas, pela sua autonomia, pelo conhecimento das novas formas, novos espaços e novas possibilidades, sendo contemporaneamente amparada pela segurança e pela possibilidade de liberdade. Sobre tudo no âmbito escolar, a arquitetura deve dialogar e servir não só ao corpo ativo da criança, mas às propostas pedagógicas que abraça, favorecendo de maneira integral o desenvolvimento infantil de modo saudável e criativo.

O espaço é um "terceiro" educador, agindo de maneira determinante no conteúdo e nos modos da educação infantil (o quê e o como da aprendizagem), na medida em que pode influenciar ou inibir determinados comportamentos de acordo com a sua conformação, através de uma comunicação subjetiva de intenções e valores. O valor do espaço em si ultrapassa o simples aspecto formal, sedimentando-se como um espaço relacional, carregado de uma expressividade didática, psicológica e cognitiva.

// **A criança e o espaço** Perceber a arquitetura é a ação interativa e recíproca entre corpo e espaço; o espaço é entendido como uma extensão do corpo humano, enquanto um é produto do outro; um define a existência do outro, o verdadeiro sentido do espaço é que este não se define como uma realidade rígida e comum a todos aqueles que o vivem. Logo, é comparável ao conceito de tempo no tocante da sua plasticidade e imaterialidade - esta ambiguidade define o espaço como qualquer coisa que pode ser transformada e vivida, mas que não existe sem a dimensão e a experiência corpóreas. O próprio sentido do espaço em si existe somente através da experiência de um "eu" que o vive, não se concentrando nos limites da própria arquitetura, mas abarcando o movimento do corpo que o atravessa e que o transforma com a sua presença e sua interpretação, imprimindo neste seus valores pessoais. O homem porta o espaço diretamente na carne e este espaço aparece na dimensão de um

encontro. Viver a arquitetura deve ser uma experiência holística, que coincide contemporaneamente os âmbitos físico, mental, emocional, espiritual, social e virtual, envolvendo o homem como um todo. Neste sentido, a experiência do espaço é naturalmente multi-sensorial, radicando-se além do campo visual e abrindo-se à experiência de todos os tipos de usuário. A arquitetura não se impõe ao homem, mas se adapta a este através de um diálogo íntimo de respeito e de participação ativa com quem a vive.

Considerar a totalidade da experiência espacial, que vai além da plasticidade do invólucro do ambiente, requer uma sensibilidade mais profunda do projeto arquitetônico, enquanto o próprio meio é não somente um canal de percepção, mas também de orientação aos deficientes visuais. É só então que o espaço perde seu caráter exclusivista, imposto pela hegemonia visual, para tornar-se de fato universal e consequentemente, multi-sensorial.

// **Onde?** No contexto do DF, poucas são as instituições voltadas ao atendimento do público deficiente visual e a sua sucessiva integração no meio social. Além disso, as medidas que dizem respeito à implementação da multi-sensorialidade espacial, bem como à sinalização adequada e à acessibilidade global do tecido urbano são pouquíssimas, quando não inexistentes, segregando e discriminando este grupo do seu próprio espaço público, do qual são donos por direito. Somente um centro em Brasília, atualmente em funcionamento na Asa Sul, atende a toda a demanda de deficientes visuais do Plano Piloto e das cidades-satélite. Optou-se, desta forma, por localizar um outro centro de ensino no final da Asa Norte, a fim de que este pudesse ampliar o qualitativamente o campo de serviços à esta parcela da população residente nesta porção do DF e também nas RAs localizadas na saída norte do Plano Piloto.

O potencial construtivo demonstrado pelos terrenos do Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), muitos dos quais ainda se encontram em desuso ou em fase de desenvolvimento de obra, foi um dos critérios principais que nortearam a delimitação de uma zona de intervenção do projeto. Além disso, o caráter de conexão do setor com as superquadras adjacentes (211, 411, 212 e 412 Norte e também

a Colina conjunto habitacional dos professores da Universidade de Brasília), em consonância com a concepção da Unidade da Vizinhança de Lúcio Costa e com os princípios das escolas-ponte e escolas-classe de Anísio Teixeira, foi também um ponto definitivo na escolha da área.

O terreno de atuação se insere no SGAN 611, possibilitando, graças ao fluxo regular de transporte público, o exercício da convivência entre moradores do Plano Piloto e de usuários que não moram neste. O lugar, portanto, se abre à vivências tanto em nível local, na relação com as superquadras adjacentes, como em um nível mais abrangente, inserido em um raio mais amplo, no contexto da cidade.

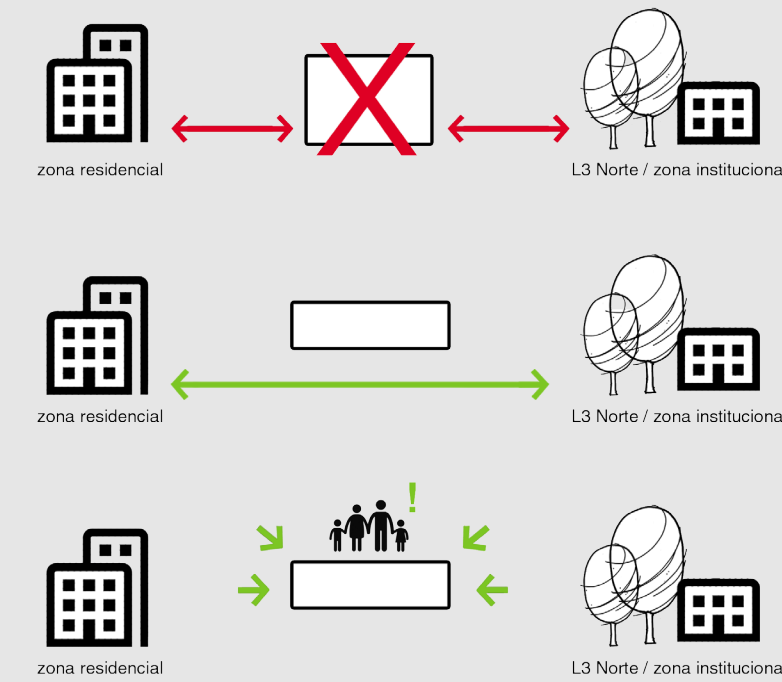


Desta maneira, a escolha do terreno é a base inicial que serve como catalisador do processo criativo, desencadeando as escolhas iniciais de projeto que visam à conexão íntima do centro educacional e do tecido urbano, inteiramente voltado ao usufruto da comunidade. O projeto da escola surge então não somente como um pólo de referência da educação especial inclusiva e como ponto de congregação e apropriação da comunidade, mas como a real consolidação das políticas de inclusão social e superação do preconceito. O terreno se encontra a cerca de 10km do atual CEEDV do Plano Piloto, na Asa Sul. Possui uma área de 16.468m², dos quais 6.587,2m² são edificáveis e 4.940,4m² são destinados à área verde, que não deve ser pavimentada, segundo as diretrizes especificadas na NGB da área.



// **O partido** A cidade de Brasília possui um lógica de associação de quatro escalas, delineadas por Lúcio Costa, a partir da qual espaços públicos e privados se associam, se interpenetram, e até mesmo se confundem, enquanto um adentra os limites do outro. Partindo desta lógica, o centro educacional surge como um arquitetura que respeita escala do lugar em que se insere e também a relação com a paisagem natural e construída, ao mesmo tempo em que se integra com o tecido urbano, proporcionando a continuidade e a fluidez dos percursos e promovendo um equilíbrio harmônico entre o espaço essencialmente público e aquele privado, inserindo-se como uma nuance sutil entre o que é o coletivo e aquilo que é o individual.

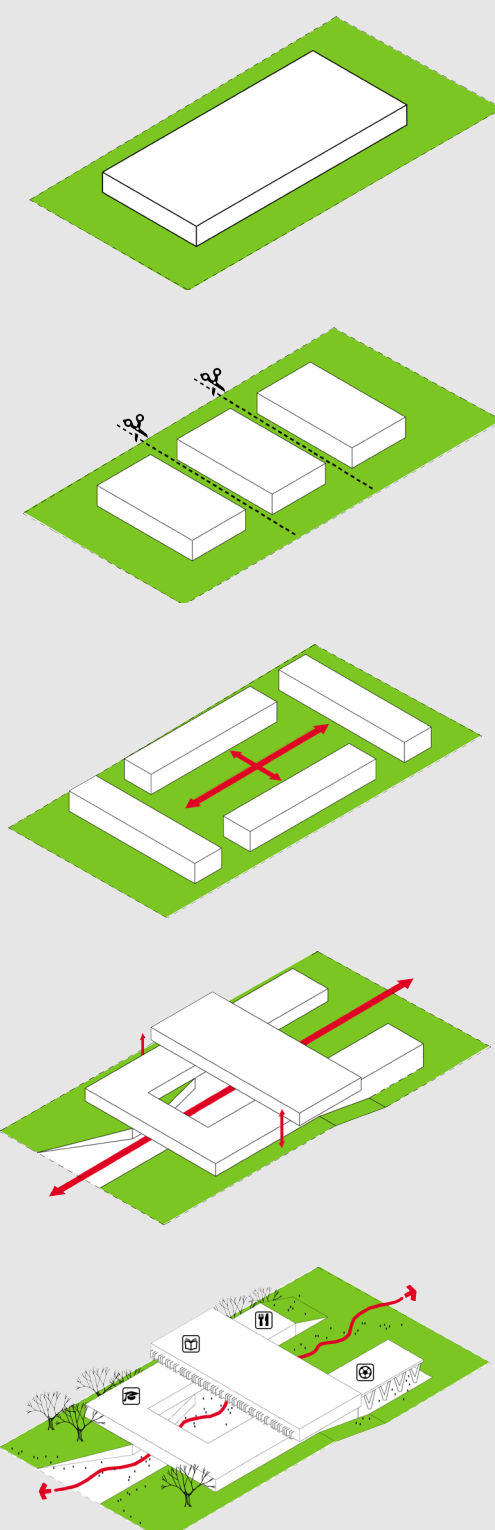
O CIEE possui caráter essencialmente comunitário e de integração. O espaço de ação do centro de ensino ultrapassa a sua estrutura física para estender-se como um grande átrio urbano, público e coletivo, que pertence à comunidade na qual se insere e do qual a sociedade como um todo faz parte. Neste sentido, para o desenvolvimento do projeto tornou-se importante a compreensão do seu espaço como um espaço de trânsito livre e que serve inteiramente ao homem, adaptando-se à escala humana, a fim de promover a convivência, abarcando concomitantemente a ideia de espaço público conjugado à concepção majoritariamente privada de um centro escolar, transformando não somente a dinâmica cultural e de fluxos do lugar, mas também o próprio conceito da função primordial que o projeto abriga.



Partindo de formas geométricas claras, que priorizam não só o deslocamento eficiente do deficiente visual mas também a sua compreensão do espaço, ao mesmo tempo em que trazem uma referência às formas já existentes nos lotes adjacentes e nas superquadras, o centro educacional foi implantado de modo a criar uma praça rebaixada de caráter público, cujos fluxos não interferem no funcionamento das atividades escolares, conectando de modo racional os eixos L2 e L3 norte, em uma dinâmica que prioriza o pedestre.

As funções exercidas em cada bloco são identificadas pelo usuário não somente pela conformação espacial que os delimita, mas também através de estímulos sensoriais variados que permeiam o percurso de todo o edifício. A estrutura física do centro não interfere no funcionamento das atividades escolares, criando um espaço de acesso principal por uma praça rebaixada, que conecta a via L2 e a via L3 sem interferir nas atividades escolares + bloco da biblioteca elevado, criando um espaço de recreação coberto que liga os dois blocos de salas de aula

escolar teve como premissa a adaptação universal à heterogeneidade de usuários, livrando-se de barreiras e imposições físicas que comprometessem a sua plena vivência e que acentuassem a imagem da deficiência, ao invés de atenuá-la, para acolher em seu espaço uma ampla gama de indivíduos, enquanto se afirma, de certa forma, como uma estrutura pública que promove a coesão social e o encontro.



1. programa funcional do centro escolar = cerca de 5703m²
2. divisão do programa em três blocos funcionais: bloco sociopedagógico + bloco técnico-administrativo + bloco de vivência e assistência
3. criação de um pátio central e uma zona de circulação principal
4. praça central rebaixada e bloco funcional elevado para garantia da conexão e da fluidez, conceitos principais do projeto
5. forma final do edifício: acesso principal por uma praça rebaixada, que conecta a via L2 e a via L3 sem interferir nas atividades escolares + bloco da biblioteca elevado, criando um espaço de recreação coberto que liga os dois blocos de salas de aula

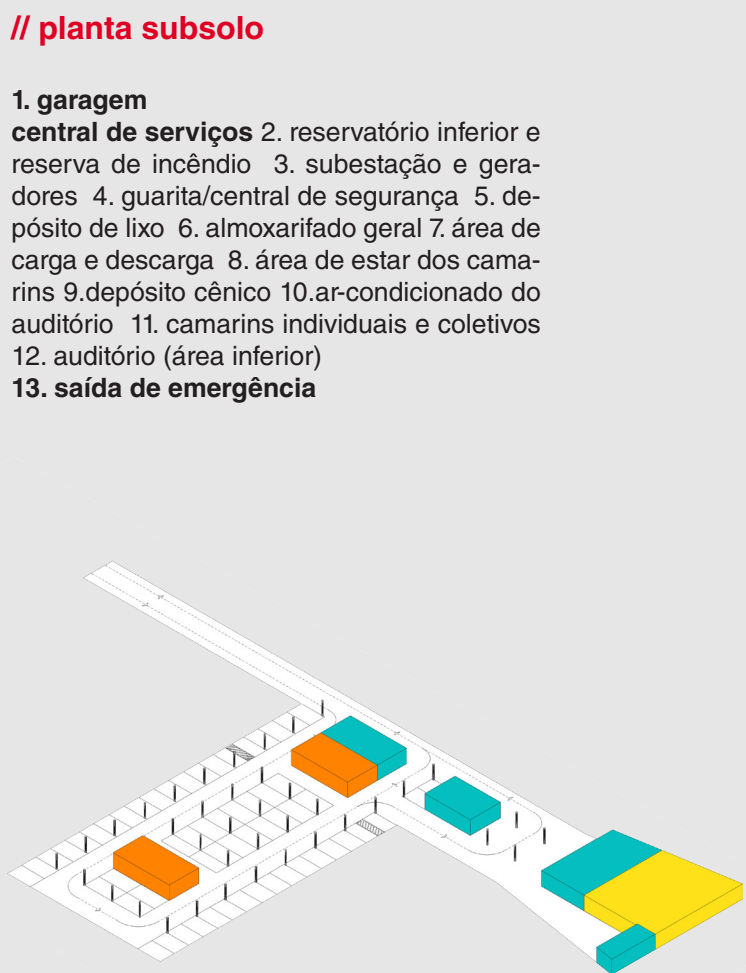
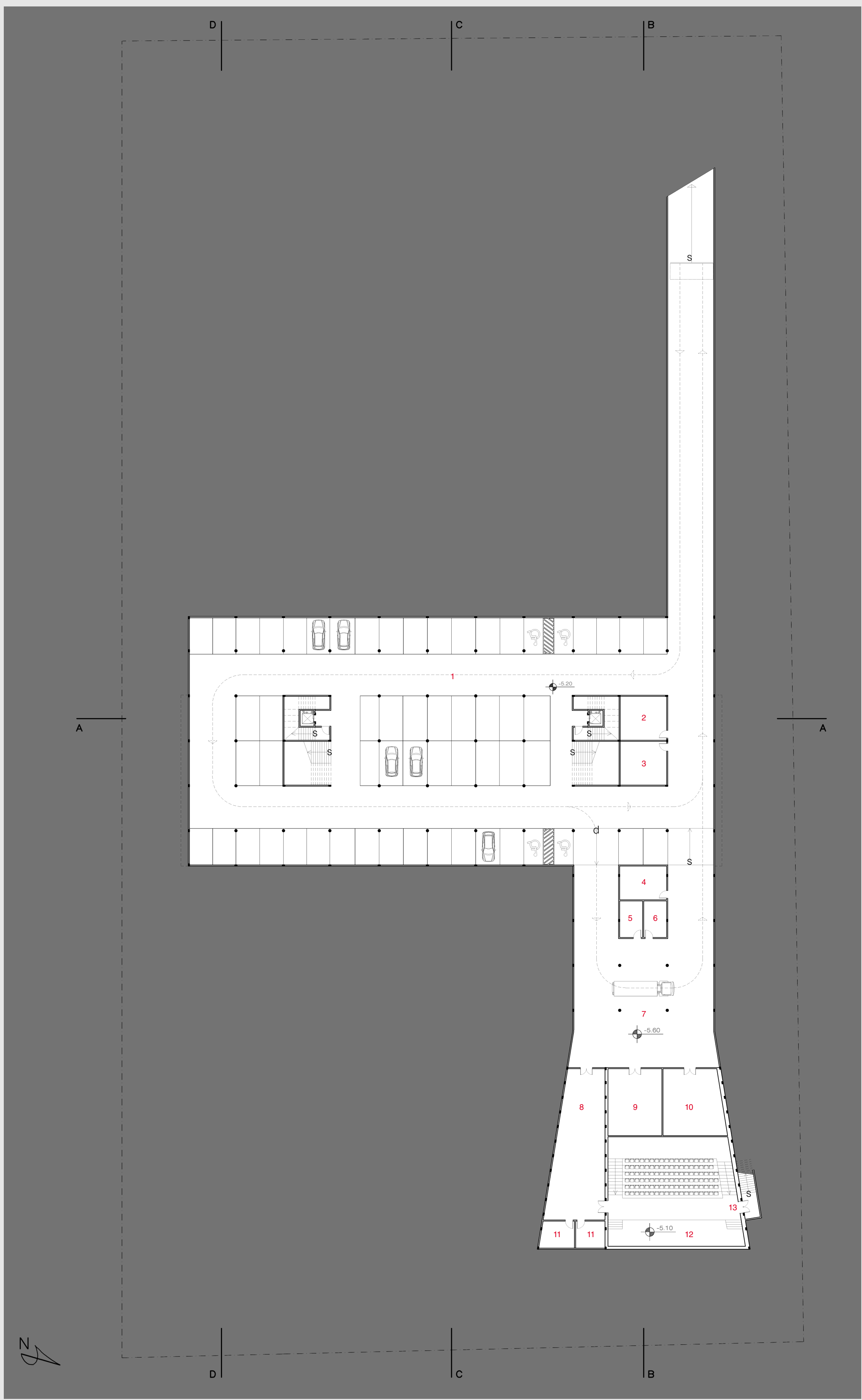


vista praça de acesso inferior



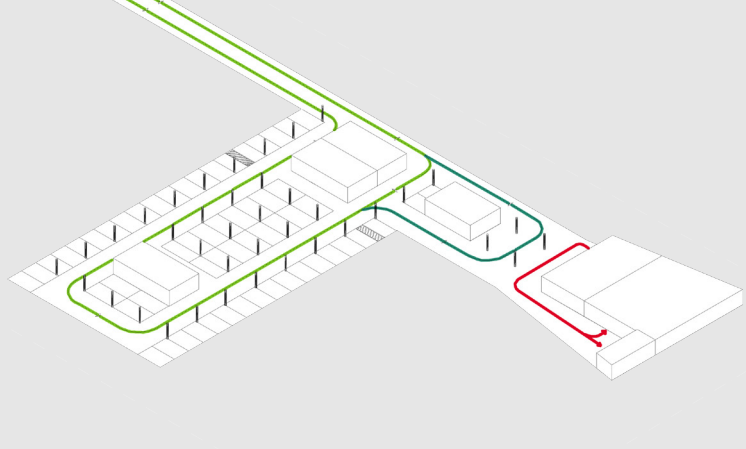
jardim elevado interno





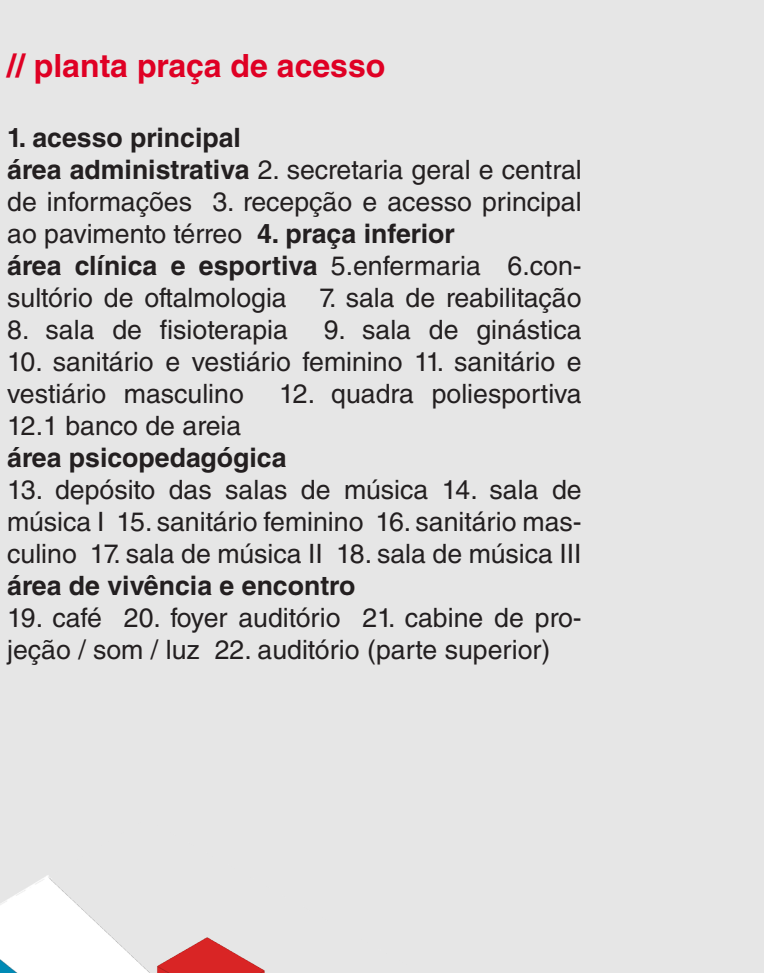
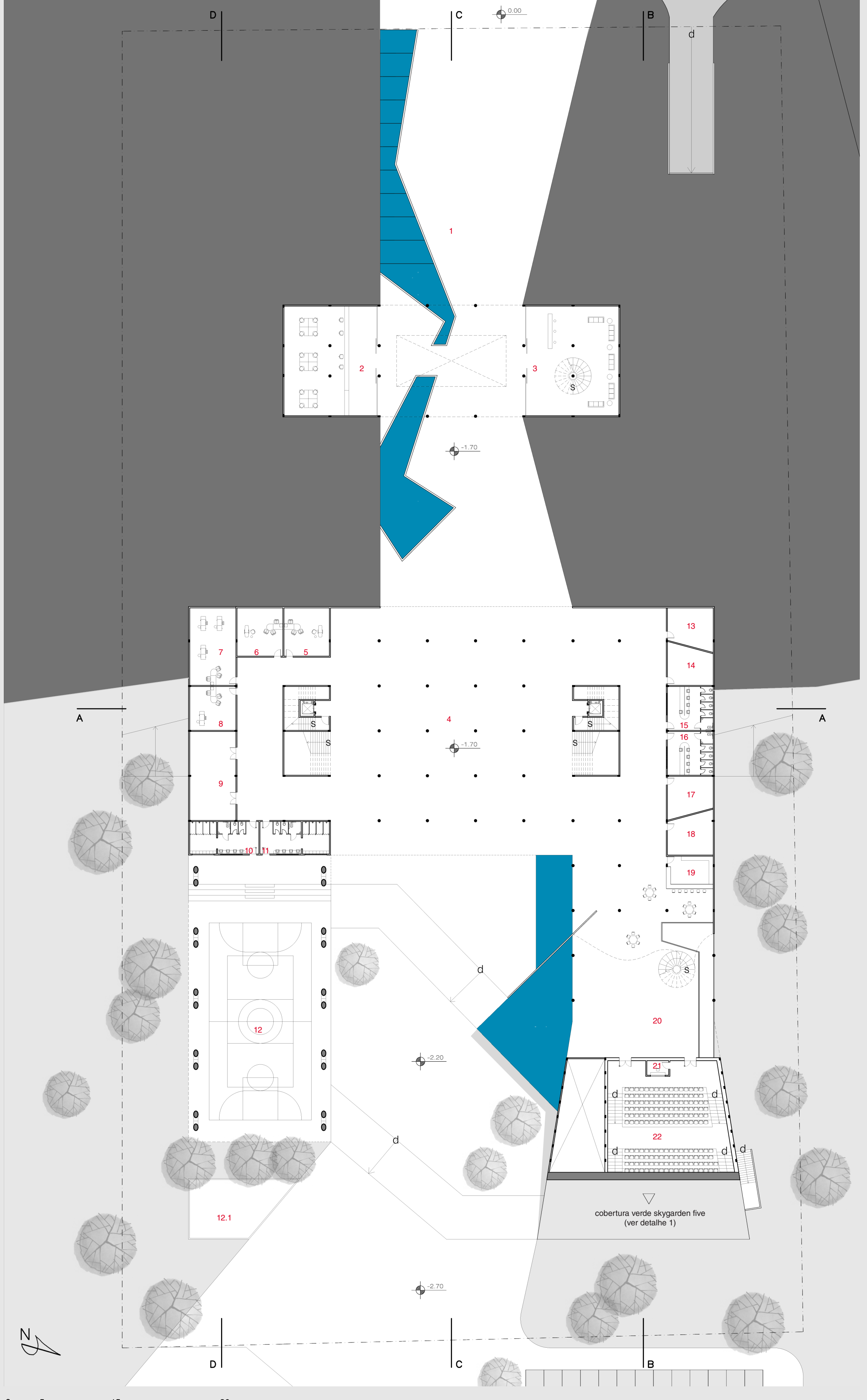
subsolo.mapa de funções

- circulação vertical
- serviços
- auditório



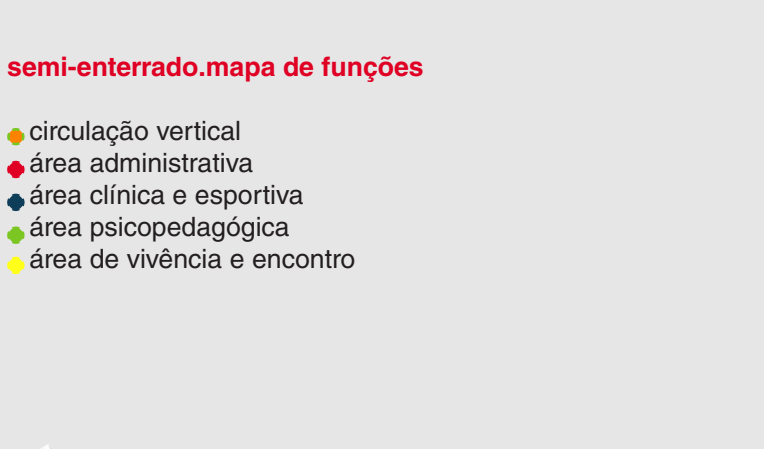
subsolo.mapa de fluxos

- estacionamento restrito funcionários
- área de carga e descarga
- fluxo restrito funcionários



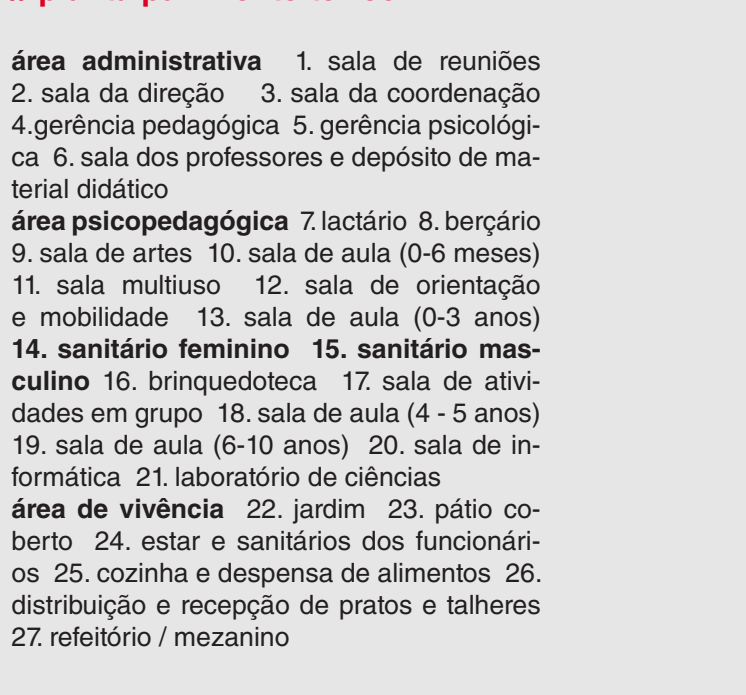
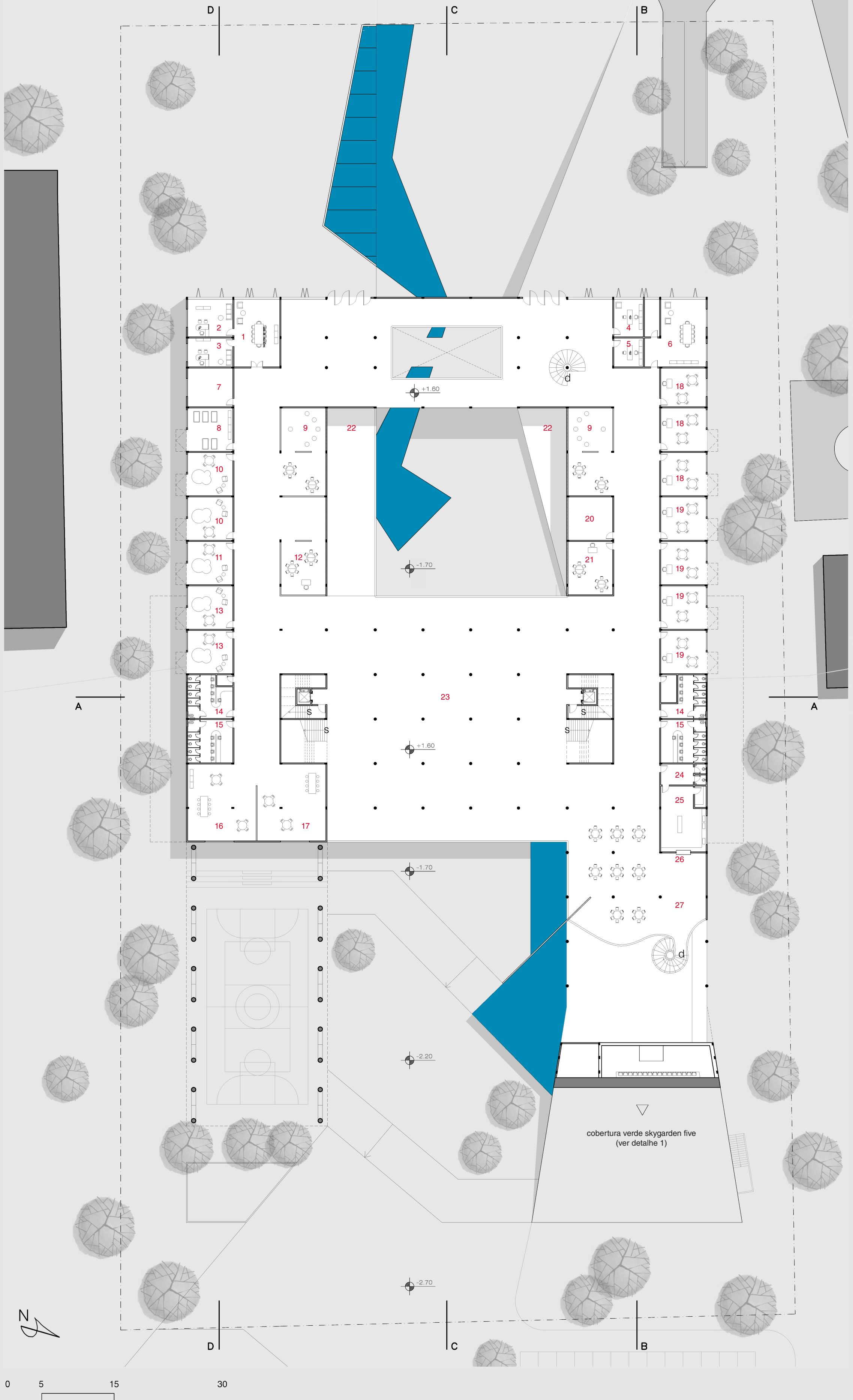
semi-enterrado.mapa de funções

- circulação vertical
- área administrativa
- área clínica e esportiva
- área psicopedagógica
- área de vivência e encontro



semi-enterrado.mapa de fluxos

- público
- semi-público
- privado



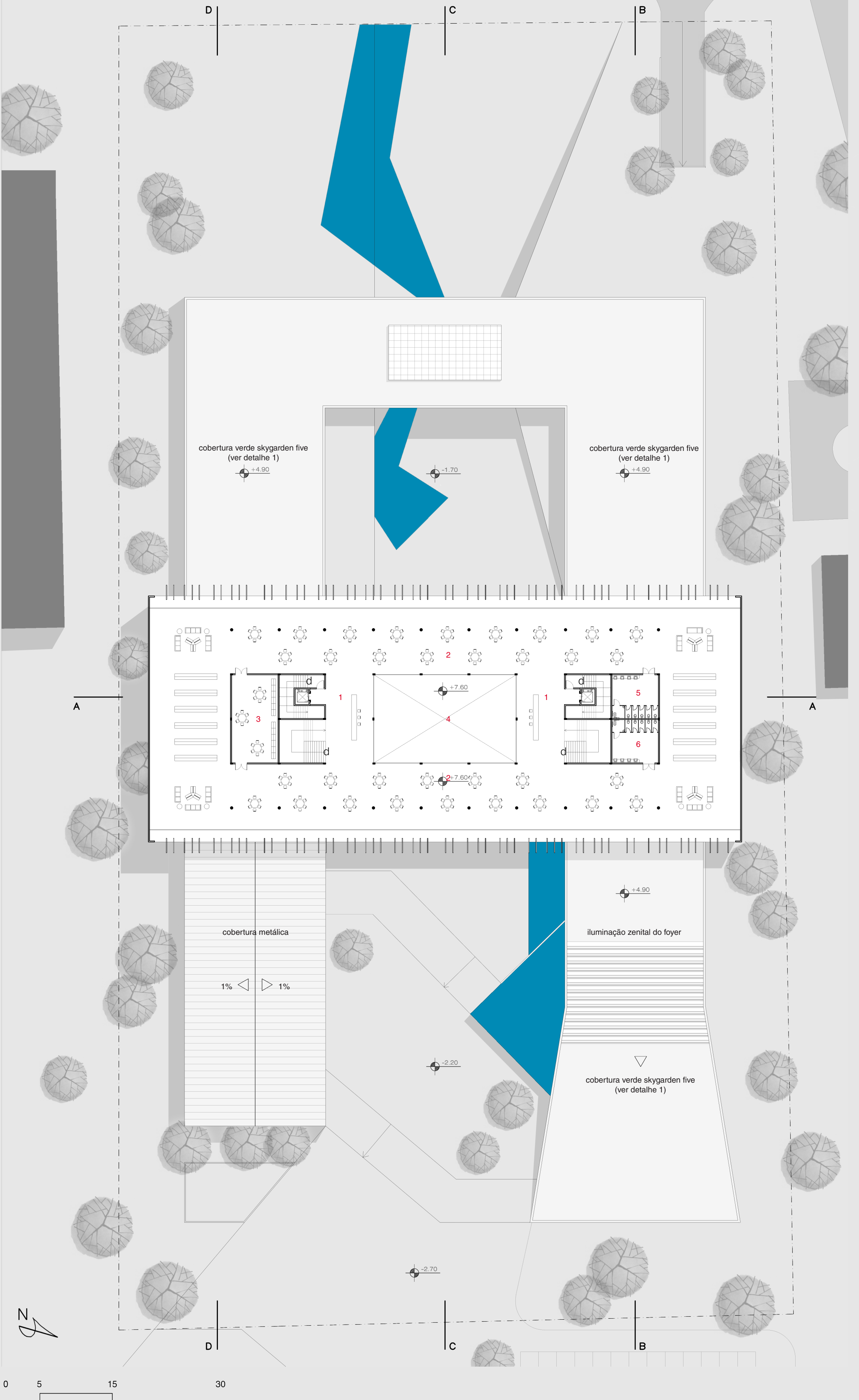
térreo.mapa de funções

- circulação vertical
- área administrativa
- área psicopedagógica
- área de vivência e assistência



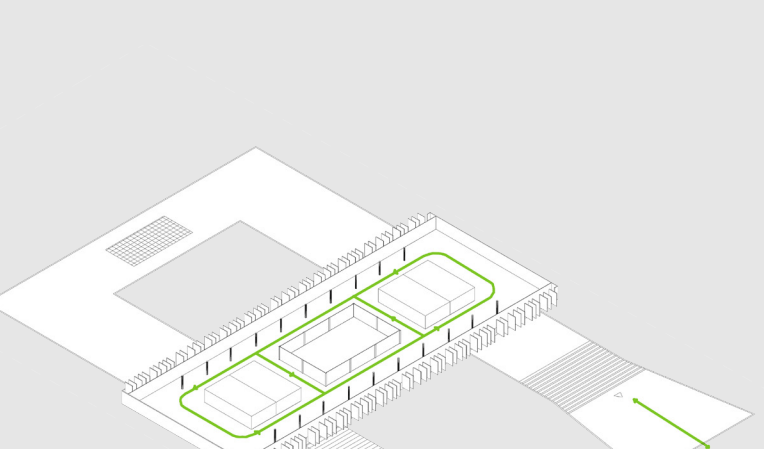
térreo.mapa de fluxos

- público
- semi-público
- privado



primeiro pavimento.mapa de funções

- circulação vertical
- área administrativa
- área psicopedagógica



primeiro pavimento.mapa de fluxos

- público
- semi-público
- privado



SCAN 611
área do projeto

